

História e memória sobre Carlos Lacerda¹

*History and memory about Carlos
Lacerda*

**Fábricio Ferreira de
Medeiros**

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal
Fluminense, Brasil
fabricio.f.medeiros@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-9420-671X>
<http://lattes.cnpq.br/6912126726427261>

Resumo: Carlos Lacerda (1914-1977) foi um dos personagens mais controversos da história política brasileira contemporânea. Completados 48 anos desde o seu falecimento, ainda existem disputas simbólicas em torno de sua história e memória, com narrativas que ora realçam o seu golpismo em momentos de crise política, ora enfocam os resultados e o caráter geral de seu governo (1960-1965) no antigo estado da Guanabara (1960-1975), ou tentam reunir as múltiplas faces de Carlos Lacerda num conjunto aparentemente contraditório para dar conta da complexidade do político e das trajetórias individuais. O objetivo deste texto é discutir a história e a memória sobre Carlos Lacerda, considerando as tensões existentes no conjunto de depoimentos e estudos acadêmicos elaborados principalmente a partir do falecimento do político carioca, em 21 de maio de 1977.

Palavras-chave: História; Memória; Carlos Lacerda.

Abstract: Carlos Lacerda (1914-1977) was one of the most controversial figures in contemporary Brazilian political history. 48 years after his death, there are still symbolic disputes surrounding his history and memory, with narratives that sometimes emphasize his coup d'état in moments of political crisis, sometimes focus on the results and general nature of his government (1960-1965) in the former state of Guanabara (1960-1975), or attempt to bring together Carlos Lacerda's multiple faces in an apparently contradictory set to account for the complexity of the politician and his individual trajectories. The objective of this text is to discuss the history and memory of Carlos Lacerda, considering the tensions that exist in the set of testimonies and academic studies prepared mainly after the death of the politician from Rio de Janeiro, on May 21, 1977.

Keywords: History; Memory; Carlos Lacerda.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Introdução

Nos vários estudos que Marly Motta (1996; 1999; 2001; e 2005) publicou a respeito da memória sobre Carlos Lacerda, o primeiro governador da Guanabara² foi identificado como “demolidor de presidentes” e “administrador competente”, imagens essas que percorrem tanto os depoimentos de contemporâneos do político carioca quanto os estudos acadêmicos a seu respeito. Porém, a esses dois enquadramentos da memória (POLLAK, 1989) também é possível encontrar o “democrata” que combateu ditadores, comunistas e corruptos, iniciando o primeiro movimento de oposição ao regime militar, conhecido como Frente Ampla (MEDEIROS, 2021). O objetivo deste artigo não é escolher entre uma e outra memória, mas sim discutir as tensões e disputas existentes nos trabalhos de memória sobre esse personagem histórico, partindo do princípio de que eles são fontes importantes do conhecimento acumulado sobre a trajetória de Carlos Lacerda.

O texto está dividido em três seções principais. Na primeira, eu exponho questões que permeiam a relação entre história e memória, pensando nas influências recíprocas entre presente e passado na construção do conhecimento historiográfico. Muito embora parte considerável dos estudos sobre Carlos Lacerda não abordem tais problemas,³ penso ser necessário inserir o tema dentro dos desafios característicos da história do tempo presente, uma vez que Lacerda desempenhou um papel fundamental na história política brasileira entre as décadas de 1950 e 1960, sendo lembrado como um dos maiores líderes civis da chamada “Revolução” de 1964. Na segunda seção, apresento uma breve biografia do personagem em foco, com o fim de situar o leitor com relação aos marcos históricos que passaram a balizar os enquadramentos da memória sobre Carlos Lacerda antes e após a sua morte em 1977. Finalmente, na última seção do artigo, examino artigos, livros, entrevistas, editoriais e documentos oficiais que trouxeram à tona lembranças e esquecimentos no que tange à trajetória e ao perfil político e ideológico de Carlos Lacerda, evidenciando tensões e batalhas pela memória política carioca e nacional, com destaque para o período que abrange as décadas de 1950 a 1960.

² Com a transferência da capital federal para Brasília, em abril de 1960, a cidade do Rio de Janeiro transformou-se em estado da Guanabara, sendo fundida ao estado do Rio de Janeiro em 1975.

³ Uma exceção notável é a pesquisa de Thársyla Cunha (2022).

Apontamentos sobre a relação história-memória no tempo presente

Em artigo publicado em *O Estado de S. Paulo*, logo após o falecimento de Carlos Lacerda, Carlos Chagas (OESP Digital. CHAGAS, 1977: 14) foi categórico ao reconhecer o antigo governador da Guanabara como o principal líder da “revolução” de 1964. Por mais que o jornalista ponderasse que Lacerda foi “às vezes defensor de exceção na maturidade”, ao fim de sua vida teria prevalecido seu compromisso com a democracia expresso na direção da Frente Ampla contra a ditadura militar (OESP Digital. CHAGAS, 1977: 14). No mesmo dia em que saiu o artigo de Carlos Chagas, o *Jornal do Brasil* (1977: 21) realçou as obras empreendidas pelo governo Carlos Lacerda (1960-1965), principalmente nos setores de infraestrutura, habitação popular, educação, transporte e lazer, configurando a lembrança do chamado “administrador competente”. Em 1998, passado o período da ditadura militar, com maior distanciamento relativo aos fatos que envolveram a participação de Carlos Lacerda no golpe de 1964 e em outras crises políticas,⁴ o jornalista Pedro do Couto teceu vários elogios ao líder udenista, mas pontuando que seus questionamentos frequentes à legalidade democrática não deveriam passar despercebidos: “Carlos Lacerda foi um gênio, um dos maiores oradores que o parlamento já teve, um administrador excelente no Rio de Janeiro, mas democrata, ele nunca foi” (COUTO, 1998: 114-115). Esses depoimentos mostram bem como a memória é objeto de disputas e ressignificações constantes relativas ao passado recente, de modo que o historiador precisa ter cuidado para evitar simplificações transmitidas pela memória e pela própria historiografia. Mas será o caso de pensar história e memória como fenômenos irreconciliáveis e excludentes entre si?

Para Enzo Traverso (2012), história e memória se aproximam na medida em que ambas resultam de processos de “elaboração do passado”. Porém, a história, diferente da memória, segue certas regras em sua produção, com o fim de tentar responder a questões lançadas pela memória. A história toma a memória como sua fonte e objeto de estudo, mas se liberta desta na medida em que a coloca à distância. A memória tem uma natureza predominantemente subjetiva, produto da reconstrução de eventos vividos em primeira pessoa. Onde a memória vê apenas a singularidade dos fatos e dos processos sociais, a história percebe sua capacidade de generalização e comparação. A memória não precisa apresentar prova, pois ela própria se

⁴ Com destaque para seus discursos exigindo o veto às posses de Getúlio Vargas (1950), Juscelino Kubitschek (1955) e João Goulart (1961) na presidência da República.

identifica como verdade absoluta. A história, ao contrário, depende da prova e da possibilidade efetiva de verificação de seus postulados.

Nesse sentido, a memória pode se relacionar com a história de formas distintas, como: a) fonte de investigação; b) ferramenta de correção de memórias equivocadas ou falsas;⁵ e c) objeto de estudo (JELIN, 2002: 63). Por mais que existam problemas no que diz respeito à veracidade dos fatos narrados, à precisão das datas ou à subjetividade dos testemunhos, certamente a memória é uma fonte e um objeto fundamental para pesquisar o passado recente, observando os conflitos em torno de concepções sobre o que é democracia, por exemplo. Ainda mais quando percebemos a mobilização de setores sociais saudosistas das ditaduras militares ou indispostos a rever a história da repressão política, tentando impor um esquecimento deliberado do passado recente e uma “reconciliação” em prol de um futuro harmônico (JELIN, 2002: 5).

Embora a memória possua uma natureza individual, ela também surge como memória coletiva na medida em que pode ser transmitida entre pessoas e grupos, ora se dilatando, ora se fechando (JELIN, 2002: 13). Esse fato ganha ainda mais relevância quando tratamos de acontecimentos ocorridos em países que passaram por longos períodos de violência política, como é o caso do Brasil, da Argentina, do Chile, do Uruguai e de vários outros países da América Latina onde foram instauradas ditaduras militares na segunda metade do século XX.

A história política das décadas de 1960 a 1980 foi justamente o que pautou a configuração da história do tempo presente na América Latina, trazendo uma série de discussões éticas e morais envolvendo a repressão política e acontecimentos marcados pelo trauma. Na definição formulada por Marina Franco e Florencia Levín (2007: 31), a história do passado próximo/recente seria marcada pela falta de conclusão ou encerramento dos processos sociais investigados, pela existência de testemunhas vivas capazes de narrar o passado em primeira pessoa, consequentemente, propiciando uma constante atualização do conhecimento produzido pela historiografia. Não é só a subjetividade dos testemunhos (memória) que traz problemas metodológicos para a história do tempo presente, mas também a subjetividade do historiador que precisa impor certa distância no que tange aos fatos e processos investigados (FRANCO Y LEVÍN, 2007: 47) sem se tornar prisioneiro do que afirmam as testemunhas, das demandas sociais de seu tempo ou de suas afinidades políticas e ideológicas.

⁵ O papel corretor da história frente a memória também foi mencionado por Yosef Yerushalmi, quando ele chamou a atenção do leitor para o fato de que existem processos deliberados de deformação de fontes e arquivos, bem como de esquecimento e falsificação da memória. Cf. Yerushalmi (1998: 25).

De acordo com Tzvetan Todorov (2000), a memória é mobilizada com finalidades distintas, servindo sempre às demandas do tempo presente. Em alguns casos, a memória pode servir como justificativa para grupos ou, até mesmo, nações promoverem atos violentos contra grupos ou povos estrangeiros, tomando-se a guerra como um “acerto de contas” por humilhações passadas ou ação necessária para reavivar um passado glorioso (uma “idade de ouro”), um passado mítico como justificativa para o controle territorial. Elizabeth Jelin (2002) teceu considerações alinhadas com essa perspectiva ao pontuar que as batalhas pela memória das ditaduras militares na América Latina envolvem disputas de poder relativas ao modelo de democracia que se quer construir no presente, mais ou menos comprometido com a valorização dos direitos humanos, com a proteção de grupos sociais vulneráveis e com a responsabilização judicial dos atores responsáveis pela repressão política. Assim, a autora identificou uma forte demanda social não só pela lembrança em si, como também uma luta contra o esquecimento, contra a ocultação de crimes cometidos em passado próximo e que se tornaram uma herança incômoda das democracias contemporâneas.

Por mais que a trajetória de Carlos Lacerda não se constitua como um tema sensível, se comparada com a história da luta armada e dos grupos perseguidos pela ditadura militar brasileira, de fato, o seu protagonismo nas crises políticas de 1954, 1955, 1961 e 1964, sobretudo no que diz respeito ao caráter golpista de seus discursos e textos, acaba por torná-lo um dos personagens mais controversos da história política contemporânea. Passados mais de 48 anos desde a sua morte, em 21 de maio de 1977, Carlos Lacerda se tornou uma referência histórica cujo valor é bastante disputado em termos simbólicos. Dependendo de quem reflete sobre a sua trajetória, Lacerda pode ser lembrado como o melhor governador que a Guanabara (atual cidade do Rio de Janeiro) já teve, um democrata convicto, arauto da moralização da administração pública ou golpista de longa data. Esses enquadramentos da memória⁶ entram em disputa, sendo mobilizadas de forma distinta conforme a maior ou menor afinidade que as testemunhas possuem com o líder udenista. Mas não é só a memória que enfrenta tais problemas; o pesquisador também se vê confrontado com os desafios da história do tempo presente, em particular, com o custo emocional e político de lidar com temas que ainda

⁶ Com base nas reflexões tecidas por Henry Rousso e Pierre Bourdieu, Michel Pollak (1989: 9 e 12) definiu o trabalho de enquadramento como a operação por meio da qual indivíduos, grupos ou instituições selecionam e atualizam o conhecimento sobre o passado, participando de combates do presente e do futuro. Esse trabalho pode envolver, inclusive, as histórias de vida, de modo que se busca criar coerência entre acontecimentos sob certa continuidade cronológica, com o fim de definir um lugar social e a relação do indivíduo com os outros.

encontram grande repercussão nos dias de hoje, a exemplo do golpe de 1964 e das disputas entre projetos políticos naquele contexto, a exemplo da defesa da democracia representativa, do Estado de Segurança Nacional ou do socialismo autoritário. Daí a necessidade de se tomar certa distância frente ao objeto de estudo, evitando a escolha deliberada de um ou outro enquadramento da memória do personagem, ainda mais quando se trata de um político tão complexo quanto Carlos Lacerda, cuja trajetória passa por várias matrizes ideológicas.

Breve biografia de Carlos Lacerda

Carlos Lacerda foi um jornalista e político carioca, nascido em 1914 no seio de uma família de classe média composta por vários políticos. Em sua juventude foi simpatizante do movimento tenentista e do comunismo, militando pela Juventude Comunista e pela Aliança Nacional Libertadora (ANL). Mas rompeu com seus companheiros comunistas ao final do Estado Novo, ingressando na União Democrática Nacional (UDN) e passando a adotar uma perspectiva reformista na qual se mesclavam o liberalismo, o trabalhismo inglês, o conservadorismo, a doutrina social católica e a democracia cristã (BERLANZA, 2019).

Em função do crescente radicalismo presente nos ataques aos seus adversários políticos, e, principalmente, por conta de seu protagonismo na oposição aos governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, Carlos Lacerda passou a ser lembrado como o “demolidor de presidentes” (MOTTA, 1996; 1999; 2001; e 2005), alguém que não mediu esforços para derrubar seus adversários, adotando uma perspectiva adversarial que tomava o conflito político como uma espécie de guerra na qual não era possível admitir meios termos (CHALOUB, 2015).

O anticomunismo professado pelo personagem desde a queda do Estado Novo, em 1945, combinado à sua oposição sistemática contra Vargas e Goulart, contribuíram para que, entre as esquerdas, Carlos Lacerda surgisse como uma espécie de golpista ou fascista defensor dos interesses imperialistas, com ênfase na hegemonia global dos Estados Unidos da América (EUA). A denúncia de infiltração comunista em sindicatos, organizações estudantis, jornais, Forças Armadas e no próprio governo fundamentou boa parte de seus textos e discursos, agravando um contexto de crescente radicalização política. Fosse pelo rádio, pela recém-criada televisão, pelos jornais ou pela Câmara dos Deputados, o político carioca se apresentava na década de 1950 como uma espécie de líder democrata engajado na moralização da administração pública e no

combate ao que considerava como corrupção, demagogia e fraude eleitoral, nem que para tanto se mostrasse necessária a intervenção militar (DULLES, 1992; McCANN, 2003).

Ao governar o recém-criado estado da Guanabara entre 1960 e 1965, Lacerda realizou uma série de obras, destacando-se pela universalização do acesso à educação primária, bem como pela expansão da rede hospitalar, da telefonia e das moradias populares, além de empreender reformas urbanística e administrativa. Apesar de ter apoiado a deposição de João Goulart, em 1964, Carlos Lacerda, então candidato à presidente da República pela UDN, explicitou uma série de desacordos com os rumos tomados pelo governo Castello Branco, organizando o primeiro movimento em escala nacional de oposição à ditadura, ao lado de JK e Goulart, dois de seus maiores adversários. Porém, a Frente Ampla não alcançou seus objetivos, em particular, a redemocratização do Brasil, e Lacerda teve os seus direitos políticos cassados em 1968, encerrando sua vida pública antes de falecer em 1977 (DELGADO, 2013). Assim, as três imagens de Carlos Lacerda (o destruidor, o construtor e o democrata) passaram a disputar espaço na memória política carioca e nacional, sendo acionadas de forma seletiva conforme os valores professados por seus observadores.

A construção da história e memória sobre Carlos Lacerda

O “demolidor de presidentes”

O papel desempenhado por Carlos Lacerda nas tentativas de vetar as posses dos presidentes Getúlio Vargas, Kubitschek e Goulart, respectivamente, em 1950, 1955⁷ e 1961, seguidas de incitações frequentes à intervenção militar na política, foram analisadas por boa parte dos historiadores e cientistas políticos, sendo consolidadas nos estudos feitos por Marina Mendonça (2002), Márcio Delgado (2006) e Jorge Chaloub (2015). Mas bem antes disso já havia uma memória forte⁸ de Carlos Lacerda como “demolidor de presidentes” sendo divulgada entre jornalistas, militares e as esquerdas. Segundo o Serviço Nacional de Informações (SNI), por exemplo, Lacerda era um:

⁷ Em 1955, Lacerda também defendeu o veto à posse de Goulart, eleito vice-presidente da República pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ganhando de Milton Campos, candidato udenista à vice-presidência apoiado por Lacerda.

⁸ Traverso (2012: 84) distingue memórias fortes de memórias fracas em função de sua visibilidade ou de seu grau de “reconhecimento público e institucional” em determinado contexto social. Memória forte, portanto, é uma memória que alcançou um grau considerável de reconhecimento, sendo compartilhada por grupos sociais de forma pública e institucional.

Político ambicioso, inteligente, combativo e indisciplinado.

Possui grande capacidade de liderança e não admite ser dirigido por ninguém. Suas ideias têm sido sempre impostas ao grupo a que pertence. Suas alianças políticas são instáveis e respondem sempre a objetivos e ambições políticas.

Persegue o poder com tenacidade. Sua vida pública demonstra que lhe move a ambição de assumir a Presidência da República, destacando-se-lhe esforço sistemático para destruir os presidentes empossados (AN.MR. SNI, 1968: 1).

O empenho dedicado pelo jornalista e político carioca no combate aos seus adversários, especialmente contra Vargas, foi lembrado pelo jornal *Novos Rumos*, órgão oficial do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na primeira metade da década de 1960. Em texto no qual o periódico elencou as razões pelas quais o eleitorado da Guanabara não deveria votar em Carlos Lacerda, argumentava-se que ele “foi o principal artífice do golpe entreguista, levando ao suicídio o Chefe da Nação [isto é, Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954]” (BN DIGITAL. *Novos Rumos*, 1960: 6). Ainda segundo *Novos Rumos*, Lacerda seria uma espécie de “candidato a Hitler”, devido às denúncias que fazia frequentemente junto às autoridades policiais, incitando as mesmas a invadir fábricas e reprimir operários. E complementou: “É a cabeça do neofascismo que tenta erguer-se, sonhando transformar a Guanabara em ponto de apoio para a implantação de uma ditadura no Brasil” (BN DIGITAL. *Novos Rumos*, 1960: 6).

Mas não foi apenas entre os militares e os comunistas que essa memória se tornou corrente. Entre os jornalistas, categoria através da qual Carlos Lacerda acendeu profissional e politicamente a partir de meados da década de 1940, também havia quem destacasse o seu envolvimento com tentativas de golpes de Estado. No entanto, para Carlos Castello Branco, um dos jornalistas mais prestigiados do período, apesar de defender em idade madura “um regime de exceção para aliviar o Brasil de corruptos e subversivos”, não se deveria esquecer que Carlos Lacerda “morreu inconformado e reformado interiormente na sua crença nos valores democráticos” (BN DIGITAL. CATELLO BRANCO, 1977: 2). Esse texto é representativo das ambivalências que marcam a trajetória e o pensamento político de Carlos Lacerda. Ao mesmo

tempo em que ele é visto como um golpista, é reconhecido como um democrata convicto, não só entre os jornalistas como também por uma parcela significativa da sociedade carioca.⁹

Após o fim da ditadura militar brasileira, as críticas ao golpismo lacerdiano se tornaram mais representativas no seio da comunidade jornalística. Em 2010, Reinaldo Azevedo recuperou essa lembrança acerca do político carioca, argumentando que, embora fosse um “personagem admirável, dono de uma retórica e de um texto primoroso, o fato é que jamais endossaria seu jeito de fazer política” (*Veja Digital*. AZEVEDO, 2010), uma vez que Carlos Lacerda era um golpista visceral. Reflexão semelhante foi exposta por Dilson Ribeiro (2009), para quem o udenista teve uma trajetória paradoxal, pois a institucionalidade que ele tanto conspirou para derrubar representava justamente a sua única chance de alcançar a presidência da República.

A academia incorporou tais críticas ao longo do tempo, sobretudo a partir dos anos 2000, quando os estudos sobre a trajetória e o pensamento político de Carlos Lacerda ganharam maior volume, sendo realizados em diversos programas de pós-graduação. Mônica Mendonça (2002) foi enfática ao afirmar que o antigelulismo e o anticomunismo se tornaram traços permanentes nos discursos de Carlos Lacerda, aproveitador das conjunturas de crise política e das agressões físicas sofridas por ele próprio para se apresentar como uma espécie de salvador da pátria, único político capaz de oferecer uma alternativa ao predomínio de Getúlio Vargas na política nacional. Márcio Delgado (2006) corroborou e complementou essa interpretação, vinculando Carlos Lacerda à ala mais radical da UDN, argumentando que o político carioca defendeu permanentemente o golpe de Estado como via para instaurar a “verdadeira” democracia no Brasil.

Quanto mais os observadores se tornaram distanciados do objeto de estudo, não só em termos temporais como também em termos pessoais, mais crítica se tornou a memória sobre Carlos Lacerda. O problema é que, sobretudo nas pesquisas de Mendonça (2002) e Delgado (2006), mas inclusive na investigação feita por Chaloub (2015), se perderam as nuances do pensamento político formulado pelo personagem, que, muito embora tenha se destacado por seu “golpismo democrático”, não se resumia a isso. Na pressa, talvez, de afirmar uma

⁹ Em pesquisa realizada na Guanabara em julho de 1965, o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) perguntou aos entrevistados se as críticas de Carlos Lacerda em relação à política econômica do governo Castello Branco representavam uma posição “verdadeiramente democrática ou simples interesse pessoal” na presidência da República. 55% dos entrevistados responderam que se tratava de uma posição democrática, enquanto que para 28% dos respondentes Lacerda estava apenas expressando seu interesse em ocupar o cargo da presidência (AEL Digital. IBOPE, 1965).

identificação com valores democráticos que só se tornaram universais muito recentemente - ainda assim com ressalvas -, os estudiosos acabam deixando de lado a análise de evidências históricas deixadas por Carlos Lacerda que efetivamente possuíam uma orientação democrática e favorável ao aperfeiçoamento de nosso sistema representativo, a exemplo da crítica ao predomínio do poder econômico nas eleições, da cobrança de transparência e responsabilização dos atos das autoridades públicas, da defesa da liberdade de imprensa e da promoção da educação básica e do lazer, de maior identidade programática dos partidos políticos, do equilíbrio entre os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), entre outros. Daí que seja necessário recuperar todas as faces desse personagem histórico para não se cair em reducionismos ou revisionismos, escolhendo deliberadamente apenas um desses enquadramentos da memória sobre Carlos Lacerda como único a ser validado.

O democrata que combateu ditaduras e foi alvo frequente de violência política

Paralelamente às acusações de golpismo, surge a lembrança de Carlos Lacerda como um democrata que combateu governos corruptos e/ou autoritários, muitas das vezes sem apoio significativo na sociedade civil. Na memória de militares, familiares e admiradores do líder udenista, ele foi lembrado como um dos responsáveis pela derrubada da censura imposta pelo Estado Novo, pela exposição da corrupção praticada pelas autoridades públicas, sendo alvo de agressões físicas, tentativas de sequestro, prisões e planos de assassinato em função do tom polêmico e agressivo presente em seus textos e discursos.

A imagem de Lacerda como um democrata vítima de violência política aparece em vários registros póstumos, em: Ruy Mesquita (*OESP Digital. MESQUITA, 1978*),¹⁰ Stefan Baciu (1982),¹¹ Cláudio Lacerda (1987 e 1998),¹² Rodrigo Lacerda (2013)¹³ e Lucas Berlanza (2019).¹⁴ Segundo

¹⁰ Jornalista, redator, editor e diretor de *O Estado de S. Paulo*.

¹¹ Escritor romeno exilado no Brasil, editor da seção de política internacional da *Tribuna da Imprensa* de 1953 a 1962.

¹² Jornalista, sobrinho de Carlos Lacerda.

¹³ Escritor, editor, tradutor e historiador, neto de Carlos Lacerda.

¹⁴ Jornalista e colunista do Instituto Liberal. Em seu livro, a admiração e identificação ideológica com o personagem biografado é explícita e reivindicada para si, ao mesmo tempo em que Berlanza (2019) situa o resgate da memória de Carlos Lacerda como meio de enaltecer as chamadas “novas direitas” no Brasil.

Ruy Mesquita (*OESP Digital*. MESQUITA, 1978), a defesa da liberdade e da democracia permaneceram como metas imutáveis na vida de Carlos Lacerda, ainda que os meios ou as estratégias utilizadas para tanto mudassem ao longo do tempo. Ainda nos dias de hoje, para uma parte dos admiradores do primeiro governador da Guanabara, a exemplo de Berlanza (2019), ele teria sido o maior arauto da democratização no Brasil, vinculando esse processo ao expurgo das influências getulista, comunista e de práticas de corrupção, patrimonialismo e clientelismo enraizadas em nossa sociedade:

A duas missões Lacerda pretendia se dedicar, e pretendia, por extensão, que a UDN a elas se dedicasse: a de desobstruir os arcaísmos e subterfúgios viciosos que essa elite teria criado para o sistema político e a de fomentar o desenvolvimento de uma democracia sadia e avançada, na qual os cidadãos obtivessem efetiva representação, tivessem seus direitos individuais respeitados, vivessem sob um regime de vigência do império impessoal da lei e orientada por elevada moralidade administrativa, o que viria a partir de uma tomada responsável de consciência dos agentes formadores da opinião pública (BERLANZA, 2019: 44).

Mesmo entre militares contemporâneos de Carlos Lacerda aparecem algumas poucas referências nesse sentido, com a ressalva de que prevalecia nessa instituição a concepção de uma “democracia forte” ou “democracia autêntica”, que necessariamente deveria repelir a ameaça comunista sobre o país e manter os movimentos populares sob controle, protegendo a propriedade privada e a estrutura de dominação vigente.¹⁵ Para o Coronel-Aviador Gustavo Eugenio de Oliveira Borges,¹⁶ a decisão de um grupo de militares da Aeronáutica, entre os quais ele próprio se incluía, de oferecer proteção pessoal a Carlos Lacerda no auge de sua campanha contra o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) era motivada pelo fato de que o udenista seria o homem com maior talento e capacidade de defender a democracia que os militares queriam colocar em vigor, mas não podiam fazê-lo por restrições constitucionais: “Nós sabemos o que queremos, a democracia, mas não temos os meios que você [Lacerda] tem, então

¹⁵ Sobre o tema, ver a discussão feita por Maria Helena Alves (1987) a respeito da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) empreendida pelos militares no Brasil a partir de 1964.

¹⁶ Secretário de Segurança do Governo Carlos Lacerda.

vamos protegê-lo, dar segurança para que você possa continuar nessa campanha" (BORGES, 2003: 294-295).

Esses personagens viveram o período de Guerra Fria (1947-1991) num país que, embora avançasse em termos políticos, ainda experimentava forte instabilidade institucional, com crises políticas periódicas (1954, 1955, 1961, 1964). Estavam acostumados a ver golpes de Estado liderados pelas Forças Armadas, fosse com o fim de instaurar regimes autoritários (1937 e 1964), derrubá-los (1945) ou mesmo para defender a legalidade democrática (1955 ou 1964).¹⁷ Nas palavras de Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira (2018: 65-66),

A experiência de democracia-liberal brasileira [...] avançava. O sistema partidário nacionalizava-se, alcançando todos os estados e se tornando competitivo; o eleitorado crescia imensamente, nas cidades e no campo; o ‘controle’ do governo sobre o processo eleitoral se esvaía; as eleições ocorriam nas datas previstas; a Justiça Eleitoral passava a funcionar cada vez mais e melhor, garantindo a legislação vigente. Mas esse quadro de consolidação democrática, ao contrário do que se possa imaginar, teve que conviver com uma conjuntura política extremamente tensa, marcada por diversas crises políticas – autênticas tentativas de golpe de Estado –, que envolveram, grosso modo, políticos de oposição, com destaque da UDN, e setores das Forças Armadas, dessa feita predominantemente da Aeronáutica. Via de regra, como na Primeira República, essas crises ocorriam nos momentos de disputas eleitorais à presidência da República, seguindo um *script* razoavelmente conhecido: os derrotados nas urnas questionavam os resultados, apelando a instâncias judiciais, e procurando alianças com grupos militares insatisfeitos.

A democracia vigente no Brasil era questionada à esquerda e à direita, acusada de não satisfazer as necessidades básicas da população e/ou de ser controlada por latifundiários, empresários e potências imperialistas, conforme o discurso comunista ou trabalhista radical, de não defender as liberdades individuais ou a propriedade privada, segundo dizia o próprio

¹⁷ Em 1964, a intervenção militar foi defendida pelas direitas, e até mesmo por uma parcela do centro, sob o argumento de que se tratava de preservar a legalidade democrática. Por mais que tivesse resultado uma ditadura a partir daquele evento, aos poucos consolidada, é importante ter em conta que o golpe era visto de forma distinta conforme os objetivos de médio e longo prazo compartilhados pelos atores históricos. Sobre o assunto, ver: Daniel Aarão Reis (2000).

Lacerda.¹⁸ Logo, o próprio conceito de democracia era fortemente disputado, de modo que Lacerda poderia aparecer como um golpista “farejador de porta de quartel” (BN Digital. *Correio da Manhã*, 1964: 6), um “democrata cristão” (BACIU, 1982) ou como ambos, a depender do momento de sua trajetória e do observador. Mas a esses dois enquadramentos da memória sobre Carlos Lacerda é preciso acrescentar outro, o “administrador competente”, o político que não sabia apenas destruir governos, como também construir um novo estado, mesmo em se tratando de um período de muita instabilidade política.

O governador que construiu uma cidade-estado

Para uma parte dos jornalistas, dos acadêmicos e, sobretudo, dos familiares e admiradores de Carlos Lacerda, a lembrança predominante é a do governador que herdou uma cidade-estado desestruturada, mas, ainda assim, conseguiu fazer o melhor governo de sua história. Mauro Magalhães (1993), líder do governo Carlos Lacerda na Assembleia Legislativa da Guanabara, destacou os seus feitos no que tange à construção da adutora do rio Guandu e do Parque do Flamengo, à expansão da rede escolar básica, à normalização do concurso público como principal via de seleção dos servidores do estado, além das obras voltadas para a construção de habitações populares, o saneamento básico e o melhoramento do trânsito na Guanabara. O depoimento de Magalhães é muito parecido com a versão registrada pelo *Jornal do Brasil* em editorial publicado um dia após o falecimento de Carlos Lacerda:

Um Governo marcado pelo dinamismo voltado para obras públicas, que legou às dúzias a seus sucessores, e de estruturação administrativa, que resultou na criação e consolidação de inúmeros órgãos, é como se pode caracterizar o período de Lacerda como Governador da Guanabara, onde o termo Novo Rio quase como marca registrada estava presente em quase tudo (BN Digital. *Jornal do Brasil*, 1977: 21).

Para uma parte dos admiradores de Carlos Lacerda, a cassação de seus direitos políticos, em 1968, acompanhada do crescimento da repressão sob a ditadura militar, seriam inaceitáveis. Isolado em seu próprio partido, a UDN, desde que expôs suas discordâncias frente à política

¹⁸ A democracia representativa não era um valor estruturante da sociedade brasileira, por isso os ataques frequentes disparados contra a institucionalidade criada com o fim do Estado Novo. Cf. Figueiredo (1993).

econômica do governo castellista e insistiu em candidatar-se à presidência da República, Carlos Lacerda perdeu progressivamente a sua popularidade, sobretudo entre os próprios militares que se viram constrangidos entre apoiar a Frente Ampla ou o próprio regime militar.¹⁹ Nesse sentido, com a morte do governador da Guanabara, pareceu a muitos lacerdistas que ele tinha caído no esquecimento, sendo necessário empreender um trabalho de memória para que os cariocas e os brasileiros, em geral, não esquecessem seus feitos. Foi contra a possibilidade do esquecimento que muitos lacerdistas começaram a produzir livros de memórias, ao mesmo tempo em que publicaram artigos e editoriais na imprensa brasileira, enaltecedo as obras do governo Carlos Lacerda, muita das vezes, minimizando o caráter autoritário presente em seu pensamento político. Como o poder civil não foi recuperado rapidamente após o golpe de 1964, criou-se um sentimento de vergonha ou de constrangimento, pelo menos, entre setores liberais e conservadores que apoiaram a intervenção militar visando o pronto restabelecimento da democracia representativa. Daí que entre os lacerdistas passasse a predominar um esforço de silenciamento relativo às suas pregações golpistas, à repressão e à censura promovidas por seu governo durante a crise de 1961, ao predomínio do moralismo em detrimento da discussão de ideias, tal como ocorrera no auge de sua campanha oposicionista em 1954. Esses elementos precisavam ser esquecidos para que os lacerdistas apoadores do golpe de 1964 se redimessem com a história, explicando que a democracia e a liberdade eram o seu fim naquele momento, mas que, com o Ato Institucional de Número 5 (AI-5),²⁰ os ideais originários da “revolução” foram abandonados e, dessa forma, eles não possuiriam mais responsabilidade pela radicalização da repressão. A perda de influência política no presente incidia de tal modo sobre a memória desses segmentos sociais que o Lacerda “demolidor de presidentes” precisava ser esquecido para predominar o Lacerda “democrata”, precursor da redemocratização brasileira (Lacerda, 1987 e 1998), e/ou o Lacerda “construtor de um novo estado”.

¹⁹ A incerteza dos militares lacerdistas nesse contexto aparece em documentos da diplomacia americana e depoimentos posteriores de militares contemporâneos de Carlos Lacerda. Cf. BU Digital. Carlos Lacerda, the Military and Ambassador Tuthill (1968). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s; Cerqueira (2003: 127).

²⁰ Baixado pelo governo em 13 de dezembro de 1968, o AI-5 representou a normalização da exceção sob a ditadura militar brasileira, reforçando prerrogativas autocráticas que os Atos Institucionais anteriores preconizavam e ampliando a repressão sobre os movimentos de oposição e os expurgos na administração pública. Ao mesmo tempo, a oposição se radicalizou e aderiu, em boa medida, à luta armada, vista por muitos grupos políticos como a única forma de derrubar a ordem vigente. Cf. Alves (1987).

Em todo caso, a lembrança do governo Lacerda como símbolo dos tempos áureos da administração pública fluminense também ocupa um espaço significativo nos estudos de John Dulles (2000), Maurício Perez (2007) e Mônica D'Assumpção (2007). Dulles (2000) foi o primeiro autor a fazer um estudo amplo sobre o tema, pontuando as mudanças feitas na administração pública, a construção de moradias populares, de áreas de lazer, a melhoria da infraestrutura urbana e a expansão da rede escolar, mesmo que o governo estadual sofresse um cerco do governo João Goulart e experimentasse desentendimentos com os governos Quadros e Castello Branco. O empenho de Carlos Lacerda na criação de órgãos estatais, inclusive, chama a atenção na biografia publicada por Dulles (2000), uma vez que o político carioca era reconhecido por suas críticas ao excesso de intervenção do Estado na sociedade e pela valorização da iniciativa privada.²¹

Perez recuperou a memória do “administrador competente” para concluir que ela foi forte o suficiente para sobreviver às críticas dos adversários de Carlos Lacerda, em função do legado deixado para a cidade do Rio de Janeiro. Em suas palavras,

Entre os fatos que consolidaram essa imagem podemos destacar o número de escolas inauguradas, o que eliminou o déficit de vagas no ensino público primário; a criação de regiões administrativas funcionando como subprefeituras em cada bairro; a construção da adutora do Guandu, que solucionou a crônica falta d’água na cidade; a implementação de uma política habitacional que procurou ser uma solução para o polêmico problema da favela; a criação de empresas públicas como a Companhia para o Progresso da Guanabara (Copeg), a Companhia de Transportes Coletivos (CTC), a Companhia Estadual de Águas da Guanabara (Cedag) e a Companhia Estadual de Telefones (Cetel), que tinham a finalidade de agilizar e descentralizar a administração pública (PEREZ, 2007: 33).

O mesmo historiador enfatizou que, embora o governo Carlos Lacerda tenha sido visto como elitista por causa das obras realizadas na Zona Sul do Rio de Janeiro, não podemos esquecer que ele também empreendeu melhorias “nas escolas primárias públicas, na expansão da rede de esgoto e da rede hospitalar e na construção de vias, obras que em sua maior parte

²¹ Chaloub (2015) observou acertadamente que o liberalismo professado pelo líder udenista não abrangia a economia de modo substantivo, sendo mais voltado para o político. Daí que ele advogasse certo equilíbrio entre iniciativa estatal e privada.

foram realizadas na região suburbana da cidade e proporcionaram uma melhoria nas condições de vida da população de baixa renda" (PEREZ, 2007: 294). Ou seja, Lacerda não seria apenas um governador empenhado no atendimento de demandas das elites e das classes médias, grupos nos quais ele possuía a maior parcela de seu eleitorado. Ele também governaria pensando nos mais pobres, empreendendo obras que atendessem as necessidades do maior número possível de pessoas e residiria justamente nesse aspecto a força da memória daqueles tempos (PEREZ, 2007; D'ASSUMPÇÃO, 2007).

O que é esquecido na análise do historiador é que Carlos Lacerda defendia uma concepção elitista de democracia, recusando a extensão do direito de voto para incluir os analfabetos, sendo a democracia um método de escolha "dos melhores", leia-se, das elites; assim como defendeu a estrutura fundiária brasileira no início dos anos 1960, argumentando que a distribuição de terras não era uma prioridade na reforma agrária, pois o foco deveria ser o aumento da produção agrícola e isso só seria alcançado com a modernização capitalista do trabalho no campo e o deslocamento da força de trabalho camponesa para as cidades, onde se localizavam os setores econômicos mais dinâmicos. Portanto, ao mesmo tempo em que o governador da Guanabara promoveu mudanças significativas na realidade do povo carioca, ele permanecia cultivando um forte receio quanto à competência das camadas populares para participarem do governo, além de apoiar a concentração da propriedade fundiária, base do poder oligárquico que ele próprio jurava combater, questões essas que expressavam o seu elitismo.²²

Por outro lado, transparece nessas interpretações certo pessimismo com o presente e o futuro da política fluminense, compensados pelo saudosismo do governo Carlos Lacerda. Para uma população frustrada e ressentida com o histórico de corrupção e desperdício do dinheiro público por parte dos governantes, a memória do primeiro governo da Guanabara surge como um contraponto e uma esperança de dias melhores. Isso não quer dizer que a dimensão autoritária do pensamento político de Carlos Lacerda seja totalmente silenciada em tais estudos, mas, sem dúvida, ela é deixada de lado e perde o foco que adquire em pesquisas de mais fôlego, que incluem os anos 1940 e, principalmente, a década de 1950 em seu recorte temporal. O governador perseguido pelo governo federal é a lembrança que sobressai na memória dos lacerdistas, que lamentam o isolamento de seu objeto de adoração e a cassação de seus direitos

²² C. Fabrício Ferreira de Medeiros (2023a; e 2023b).

políticos. O que resta para eles é justamente o legado material e simbólico do governo Carlos Lacerda e o desejo de moralização da administração pública, algo que permanece no horizonte de expectativa de diversos segmentos sociais - lacerdistas ou não.

Conclusão

Diante dessas considerações, concluo que a memória política sobre Carlos Lacerda contribuiu de maneira significativa para a construção de sua própria história. As recordações deixadas por jornalistas, militares, familiares e políticos pautaram a forma pela qual historiadores e cientistas políticos avaliaram a trajetória do personagem em foco. Longe de aparecerem como construções intelectuais antagônicas, conforme explica Enzo Traverso (2012), história e memória se mesclaram de tal modo que se tornou cada vez mais difícil encontrar análises distanciadas criticamente do objeto em questão. Se o Lacerda golpista ocupa o eixo central de análise nas pesquisas de Mendonça (2002) e Delgado (2006), é o Lacerda construtor de um novo estado que se destaca nos trabalhos de Perez (2007) e D'Assumpção (2007), sendo complementados pelo enaltecimento do Lacerda democrata, em Berlanza (2019).

Reconhecendo as dificuldades inerentes à escrita de uma história do tempo presente, na qual os processos históricos ainda estão em curso e as interpretações são fortemente afetadas pelo clima ideológico sob o qual o historiador constrói suas reflexões (FRANCO Y LEVÍN, 2007), penso que é necessário recuperar o argumento apresentado por Motta (1996), segundo o qual as narrativas que realçam o “demolidor de presidentes” e o “administrador competente” não se excluem entre si. Na verdade, elas se relacionam de forma ambivalente, configurando-se uma trajetória de vida marcada pela ausência de linearidades e pela existência de uma série de contradições e inconsistências no pensamento político de Carlos Lacerda, muitas das quais podem ser explicadas em função do caráter imediatista de suas reflexões, como pontuou Mônica Aguiar (2019).

Para concluir, o mais importante nessa discussão não é opor história e memória como construções narrativas que não dialogam uma com a outra, mas sim utilizar criticamente o conjunto de depoimentos deixados pelas testemunhas da trajetória de Carlos Lacerda, percebendo que a memória sobre o personagem em tela é atravessada por conflitos envolvendo as concepções de mundo dos observadores, inclusive dos historiadores e cientistas políticos, sempre influenciadas pelo contexto histórico no qual surgem. Assim, temos uma tendência entre

os admiradores de Carlos Lacerda a resgatar a sua contribuição para a democratização brasileira e para o bem-estar social da população carioca, contraposta à sua postura autoritária e golpista, realçada tanto por contemporâneos seus que discordavam do golpe de 1964 e/ou da ditadura militar quanto por pesquisadores para os quais o militarismo é visto como uma tradição lamentável e inadequada, sobretudo, após a redemocratização dos anos 1980. Todavia, é preciso ir além das visões dicotômicas e construir uma análise mais completa sobre o tema, avaliando as múltiplas faces de Carlos Lacerda: admirador do tenentismo e do comunismo, depois convertido ao catolicismo e ao liberalismo, simpático do trabalhismo inglês e, finalmente, autodeclarado democrata-cristão. Democrata, golpista, elitista, promotor de melhorias materiais para setores majoritários da população, contrário à extensão do direito de voto para os analfabetos, defensor da liberdade de imprensa, mas com ressalvas para a exposição de ideias comunistas. Próximo da extrema esquerda na década de 1930, alinhado com a extrema direita na primeira metade dos anos 1960, em busca de uma terceira via em vários momentos. Qualquer análise objetiva sobre a sua trajetória e o seu pensamento político devem pesar bem essas variações, essas mesclas ideológicas, as tantas nuances que Carlos Lacerda apresentou ao longo de sua vida, percebendo rupturas e continuidades. Pois, como bem observou o jornalista Paulo Francis, “A carreira de Lacerda é contraditória. Houve tempos em que sugeriu a muita gente ser o apóstolo da democracia, outros em que parecia o precursor de ditaduras. Um historiador ou biógrafo honesto terá de pesar e medir escrupulosamente as oscilações de uma carreira tão intensa e variadamente dimensionada” (FSP Digital. FRANCIS, 1977: 10).

Fontes

Acervos

Acervo da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional (BN Digital). Periódicos. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 14 jul. 2023.

JORNAL DO BRASIL (1977). Um Governo que criou até marca registrada. Rio de Janeiro, 22 mai., p. 21.

NOVOS RUMOS (1960). Dez razões para não votar em Lacerda. Rio de Janeiro, 30 set. a 6 out., p. 6.

CASTELLO BRANCO, Carlos (1977). Começo e fim de Carlos Lacerda. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22 mai., p. 2.

CORREIO DA MANHÃ (1964). O grande ditador. Rio de Janeiro, 23 jul., p. 6.

Acervo Digital do Jornal *O Estado de S. Paulo* (OESP Digital) Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/acervo/>>. Acesso em: 14 jul. 2023.

- CHAGAS, Carlos (1977). A Revolução sem Lacerda. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 22 mai., p. 14.
- MESQUITA, Ruy (1978). Lacerda, a reportagem de quem fez a história. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 3 mai., p. 6.
- Acervo Digital do Jornal *Folha de S. Paulo* (FSP Digital). Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 4 jan. 2024.
- FRANCIS, Paulo (1977). O polemista supremo de duas gerações. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 22 mai., p. 10.
- Acervo Digital da Revista *Veja* (Veja Digital). Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/ainda-carlos-lacerda-e-as-culpas>>. Acesso em: 4 jan. 2024.
- AZEVEDO, Reinaldo (2010). Ainda Carlos Lacerda e as culpas. *Veja*. São Paulo, 5 abr.

Arquivos

- Arquivo Digital/Arquivo Edgard Leuenroth (AEL Digital)
- Fundo do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE). Disponível em: <<https://ael.ifch.unicamp.br/>>. Acesso em: 14 jul. 2023.
- IBOPE (1965). Pesquisa de opinião pública realizada no estado da Guanabara entre 1 e 6 de julho. Fundo IBOPE, Série Pesquisas Especiais, Notação PE063.
- Arquivo Nacional (AN).
- Banco de Dados Memórias Reveladas (MR). Disponível em: <http://pesquisa.memoriasreveladas.gov.br/mrex/consulta/resultado_pesquisa_pdf.asp>. Acesso em: 27 jun. 2023.
- AN. MR. SNI (1968). Extrato de prontuário de Carlos Frederico Werneck de Lacerda mantido pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), de 23 de dezembro. BR DFANBSB N8.PROCSS.318.1

Bibliotecas

- Biblioteca Digital da Brown University (BU Digital).
- Opening the Archives: Documenting US-Brazil Relations 1960s-80s. Disponível em: <<https://library.brown.edu/create/openingthearchives/en/>>. Acesso em: 14 jul. 2023.
- Carlos Lacerda, the Military and Ambassador Tuthill (1968). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.

Entrevistas e depoimentos

- BORGES, Gustavo Eugenio de (2003). Entrevista com o Coronel-Aviador Gustavo Eugenio de Oliveira Borges. In: MOTTA, Aricildes de Moraes (coord. ger.). 1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história, tomo 10. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, pp. 273-315.
- CERQUEIRA, Nilton de Albuquerque Cerqueira (2003). Entrevista com o General-de-Brigada Nilton de Albuquerque Cerqueira. In: MOTTA, Aricildes de Moraes (coord. ger.). 1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história, tomo 9. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, pp. 113-142.
- COUTO, Pedro do (1998). Depoimento. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Crônica política do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, pp. 114-115.
- RIBEIRO, Dilson (2009). Uma vida em permanente conflito. In: PADILHA, Guimarães. *Lacerda na era da insanidade*. Niterói: Nitpress, pp. 289-291.

Livros-memória

- BACIU, Stefan (1982). *Lavradio*, 98. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- LACERDA, Claudio (1998). *Carlos Lacerda e os anos sessenta: oposição*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- LACERDA, Cláudio (1987). *Carlos Lacerda: 10 anos depois*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- LACERDA, Rodrigo (2013). *A república das abelhas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MAGALHÃES, Mauro (1993). *Carlos Lacerda, o sonhador pragmático*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Referências Bibliográficas

- AARÃO REIS, Daniel (2000). *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- AGUIAR, Mônica Heinzelmann Portella de (2019). *Carlos Lacerda*. Penápolis: Editora FUNEPE.
- ALVES, Maria Helena Moreira (1987[1984]). *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 4 ed. Petrópolis: Vozes.
- BERLANZA, Lucas (2019). *Lacerda: a Virtude da Polêmica*. São Paulo: LVM Editora.
- CHALOUB, Jorge Gomes de Souza (2015). *O liberalismo entre o espírito e a espada: a UDN e a República de 1946*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- CUNHA, Thársyla Glessa Lacerda da (2022). *Entre o discurso e a prática: o projeto de democracia proposto por Carlos Lacerda (1945-1968)*. Tese (Doutorado em História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- D'ASSUMPÇÃO, Mônica de Matos Teixeira (2007). *Carlos Lacerda: demolidor de presidentes e construtor de um novo estado*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- DELGADO, Márcio de Paiva (2013). *A Frente Ampla de oposição ao Regime Militar (1966-1968)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- DELGADO, Márcio de Paiva (2006). *O “golpismo democrático”: Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.
- DULLES, John W. F. (2000). *Carlos Lacerda: a vida de um lutador, 2: 1960-1977*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- DULLES, John W. F. (1992). *Carlos Lacerda: a vida de um lutador. Volume 1: 1914-1960*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub (1993). *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra.
- FRANCO, Marina y LEVÍN, Florencia (2007). El pasado cercano en clave historiográfica. In: FRANCO, Marina y LEVÍN, Florencia (comps.). *Historia reciente: perspectivas y desafíos para un campo en construcción*. Buenos Aires: Paidós, pp. 31-65.
- GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge (2018). Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. *Locus*, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, pp. 251-275.
- JELIN, Elizabeth (2002). *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, S.A.

- McCANN, Bryan (2003). Carlos Lacerda: The Rise and Fall of a Middle-Class Populist in 1950s Brazil. *Hispanic American Historical Review*, 83: 4.
- MEDEIROS, Fabrício Ferreira de (2021). “O último dos panfletários brasileiros”: *Carlos Lacerda e a memória dos jornalistas*. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- MEDEIROS, Fabrício Ferreira de (2023a). Liberalismo e democracia em Carlos Lacerda (1950-1955). *Revista Ágora*, Vitória, v. 34, n. 2, pp. 1-20.
- MEDEIROS, Fabrício Ferreira de (2023b). O Poder das Ideias e o liberalismo conservador de Carlos Lacerda. *Crítica Histórica*, Maceió, ano XIV, v. 14, n. 27, pp. 248-274.
- MENDONÇA, Marina Gusmão de (2002). *O demolidor de presidentes*. São Paulo: Códex.
- MOTTA, Marly Silva da (1996). As bases mitológicas do lacerdismo. *Anais do XX Encontro Nacional da ANPOCS*, Caxambu.
- MOTTA, Marly Silva da (2005). Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estado. *Nossa História*, Rio de Janeiro, n. 19, pp. 1-6.
- MOTTA, Marly Silva da (2001). *Entre o individual e o coletivo: carisma, memória e cultura política*. Rio de Janeiro, CPDOC.
- MOTTA, Marly Silva da (1999). Frente e Verso da Política Carioca: o Lacerdismo e o Chaguismo. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 24, pp. 351-376.
- PEREZ, Mauricio Dominguez (2007). *Lacerda na Guanabara: a reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960*. Rio de Janeiro: Odisséia Editorial.
- POLLAK, Michael (1989). Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, pp. 3-15.
- TODOROV, Tzvetan (2000[1995]). *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, S.A.
- TRAVERSO, Enzo (2012). *O passado, modos de usar: história, memória e política*. Lisboa: Edições Unipop.
- YERUSHALMI, Yosef H. (1998[1988]). Reflexiones sobre el olvido. In: YERUSHALMI, Yosef H. et al. *Usos del olvido*. 2 ed. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, pp. 13-26.